

No. 50351*

**Paraguay, Argentina, Brazil
and
Uruguay**

Headquarters Agreement between the Eastern Republic of Uruguay and the Southern Common Market (MERCOSUR) regarding the operation of the Permanent Secretariat of the Economic and Social Consultative Forum (FCES). Asunción, 24 July 2009

Entry into force: *13 January 2012, in accordance with article 14*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Paraguay, 14 January 2013*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Paraguay, Argentine, Brésil
et
Uruguay**

Accord de siège entre la République orientale de l'Uruguay et le Marché commun du Sud (MERCOSUR) concernant le fonctionnement du Secrétariat permanent du Forum consultatif économique et social (FCES). Asunción, 24 juillet 2009

Entrée en vigueur : *13 janvier 2012, conformément à l'article 14*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Paraguay, 14 janvier 2013*

** Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO DE SEDE
ENTRE
A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
E O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)
PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA PERMANENTE DO FORO
CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)**

A República Oriental do Uruguai e o MERCOSUL;

Tendo presente:

Que o Tratado de Assunção estabeleceu as bases para a constituição do Mercado Comum do Sul;

Que conforme o artigo 1 do Protocolo de Ouro Preto, o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) constitui um dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL;

Que em aplicação do disposto pelo artigo 4º do Regulamento Interno do FCES, homologado pelo Grupo Mercado Comum pela Resolução GMC Nº 68/96, o Plenário do FCES na sua XVI Reunião dispôs a criação de sua Secretaria Permanente com Sede em Montevideú, tal como consta no item 14 da Ata Nº 3/00, sendo complementadas as funções dessa Secretaria pelo Plenário na XXIX Reunião conforme Ata Nº 4/04 de data 25 e 26 de novembro de 2004;

Que com a finalidade de facilitar o desenvolvimento das atividades do FCES e sua Secretaria no território da República Oriental do Uruguai, é necessário estabelecer as modalidades da cooperação entre as Partes e determinar as condições e prerrogativas que facilitarão o desempenho das funções da Secretaria Permanente.

Que a inviolabilidade, a imunidade, as isenções e as facilidades previstas no presente Acordo não se concedem em benefício ou interesse das pessoas, mas com a finalidade de garantir cumprimento das atribuições do FCES e sua Secretaria Permanente;

A C O R D A M:

**CAPÍTULO I
ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

**Artigo 1
Âmbito material**

O presente Acordo regerá o estatuto em cujo marco se desenvolvam as funções e atividades da Secretaria Permanente do FCES no território da República Oriental do Uruguai.

**CAPÍTULO II
DEFINIÇÕES**

**Artigo 2
Definição de termos empregados**

Para os efeitos do presente Acordo,

- a) A expressão "as Partes" se refere às Partes do presente Acordo (por um lado à República Oriental do Uruguai e pelo outro o MERCOSUL).
- b) A expressão "República" se refere à República Oriental do Uruguai.
- c) A expressão "Governo" se refere ao Governo da República Oriental do Uruguai.
- d) A expressão "Secretaria" se refere à Secretaria Permanente do FCES.
- e) A expressão "bens" compreende os imóveis, móveis, direitos, fundos em qualquer moeda, metais preciosos, haveres, ingressos, publicações e, em geral, tudo o que constitua o patrimônio da Secretaria.
- f) A expressão "território da República" se refere ao território da República Oriental do Uruguai.
- g) A expressão "sede" se refere aos locais onde a Secretaria Permanente desempenha suas funções
- h) A expressão "arquivos" ou "arquivos do FCES" ou "arquivos da Secretaria" compreende a correspondência, manuscritos, fotografias, gravações e, em geral, todos os documentos e dados armazenados por qualquer meio, inclusive os eletrônicos, que estejam em poder da Secretaria, sejam ou não de sua propriedade.
- i) A expressão "Secretário" se refere ao Secretário ou funcionário de hierarquia equivalente da Secretaria Permanente do FCES.
- j) A expressão "funcionários da Secretaria" compreende o pessoal administrativo e técnico da Secretaria Permanente do FCES.

CAPÍTULO III ESTATUTO

Artigo 3 Capacidade

A Secretaria gozará, no território da República, da capacidade jurídica de direito interno para o exercício de suas funções.

Para tais efeitos, poderá:

- a) Ter em seu poder fundos em qualquer moeda, metais preciosos, etc., em instituições bancárias ou similares e manter contas de qualquer natureza e em qualquer moeda;
- b) Enviar ou receber livremente os referidos fundos dentro do território, assim como para e do exterior e convertê-los em outras moedas ou valores.

No exercício dos direitos atribuídos por este artigo, a Secretaria não poderá ser submetida a fiscalizações, regulamentos ou outras medidas restritivas por parte do Governo. Não obstante, o FCES e sua Secretaria prestarão a devida atenção e cooperarão com toda petição que a tal respeito formule o Governo, na medida em que considere atendê-la sem detrimento de seus interesses.

Artigo 4 Imunidades de Jurisdição

O MERCOSUL gozará de imunidade de jurisdição em tudo o que seja pertinente para o funcionamento da Secretaria Permanente do FCES.

Artigo 5 Renúncia à imunidade de Jurisdição

O MERCOSUL poderá renunciar, para casos específicos, à imunidade de jurisdição de que goza.

A referida renúncia não compreenderá a imunidade de execução, para a qual se requer um novo pronunciamento.

Artigo 6 Inviolabilidade

A sede da Secretaria e seus arquivos, qualquer que seja o lugar onde eles se encontram, são invioláveis.

Os bens da Secretaria, estejam ou não em poder e qualquer que seja o lugar onde se encontrem, estarão isentos de registro, confiscação, expropriação e toda outra forma de intervenção, seja via ação executiva, administrativa, judicial ou legislativa.

Artigo 7 **Isonções tributárias**

1. A Secretaria e seus bens estarão isentos, no território da República:

a) dos impostos diretos;

b) dos direitos de aduana e das restrições ou proibições à importação, sobre os bens que importe a Secretaria para seu uso oficial. Os artigos importados sob este regime não poderão ser vendidos no território da República, exceto conforme as condições vigentes atualmente ou aquelas mais favoráveis que venham a ser estabelecidas;

c) dos impostos sobre o consumo sobre as vendas;

d) do imposto sobre o valor agregado incluído nas aquisições em praça de bens e serviços que realize para fins de construção, reciclagem ou equipamentos de seus locais, assim como nas dos bens e serviços que se adquiram no marco da cooperação com outros organismos internacionais.

As autoridades competentes do Governo poderão dispor se assim considerarem pertinente, que dita isenção seja substituída pela devolução do imposto sobre o valor agregado.

2. Não estará isenta, a Secretaria, nem seus bens, das taxas, tarifas ou preços que constituam uma remuneração por serviços de utilidade pública efetivamente prestada.

Artigo 8 **Facilidades em matéria de comunicações**

1. A Secretaria gozará, para suas comunicações oficiais, de facilidades não menos favoráveis que as outorgadas pela República às missões diplomáticas permanentes, quanto a prioridades, contribuições, tarifas e impostos sobre correspondência, cabos, telegramas, radiogramas, telefotos, telefones, fac-símiles, redes informáticas e outras comunicações, assim como em relação a tarifas de imprensa escrita, radial ou televisiva.

Não serão objeto de censura a correspondência ou outras comunicações oficiais do FCES.

2. A Secretaria poderá enviar e receber sua correspondência por correios ou malas diplomáticas, os quais gozarão do mesmo status de prerrogativas que o concedido aos correios e malas diplomáticas, em aplicação das normas em vigência.

3. O disposto neste artigo não obstará a que qualquer das Partes solicite à outra a adoção de medidas apropriadas de segurança, as quais serão acordadas por ambas quando o estime necessário.

CAPÍTULO IV
O SECRETÁRIO E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA PERMANENTE DO
FCES

Artigo 9
Prerrogativas do Secretário

1. O Secretário ou o funcionário de igual nível que fixe residência na República gozará das facilidades, a inviolabilidade pessoal, as imunidades, os privilégios, as franquias e as isenções tributárias outorgadas aos funcionários de categoria equivalente das Representações Permanentes perante os Organismos Internacionais com sede na República.

O estatuto indicado se estenderá aos membros de sua família que façam parte de sua casa e dependam economicamente dele.

2. Poderá, ademais, transferir seus bens, livres de todo tributo, ao término de suas funções.

3. Quando não fixe sua residência no território da República ser-lhe-ão concedidas as prerrogativas previstas no artigo 10 numeral 1 literais a), b), c) d) e) e f).

Artigo 10
Prerrogativas dos demais funcionários

1. Os demais funcionários gozarão:

a) de inviolabilidade pessoal pelos atos executados no exercício de suas funções.

b) de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa sobre as expressões orais ou escritas e dos atos executados no desempenho de suas funções;

c) de isenção de impostos sobre salários e emolumentos percebidos da Secretaria;

d) de isenção de restrições em matéria de transferência de fundos e câmbio;

e) de isenção de restrições de imigração e registro de estrangeiros e de todo serviço de caráter nacional;

f) de facilidades em matéria de repatriação, quando existirem restrições derivadas de conflitos internacionais;

g) de isenção de tributos aduaneiros e demais gravames para a introdução de móveis e efeitos de uso pessoal para sua instalação no país.

2. Quando o funcionário da Secretaria não fixe sua residência no território da República ser-lhe-ão concedidas as prerrogativas previstas no artigo 10 numeral 1 literais a), b), c) d) e) e f).

Artigo 11

Funcionários nacionais ou residentes permanentes do Estado Sede

As prerrogativas dispostas nos artigos 9 e 10 não se aplicarão ao Secretário nem aos funcionários da Secretaria que sejam nacionais ou residentes permanentes no território da República, salvo as seguintes:

- a) de inviolabilidade pessoal pelos atos executados no exercício de suas funções.
- b) de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa sobre as expressões orais ou escritas e dos atos executados no desempenho de suas funções;
- c) de isenção de impostos sobre salários e emolumentos percebidos da Secretaria;
- d) facilidades sobre restrições monetárias e cambiárias quando elas forem necessárias para o bom cumprimento das funções.

Artigo 12

Renúncia à imunidade de jurisdição

Em virtude do assinalado no parágrafo 5 do Preâmbulo, o MERCOSUL poderá renunciar, quando considerar pertinente, à imunidade de jurisdição do Secretário e demais funcionários da Secretaria.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13

Solução de Controvérsias

As divergências relativas à interpretação ou à aplicação do presente Acordo serão resolvidas mediante acordo entre as Partes.

Artigo 14

Vigência

O presente Acordo entrará em vigência no 15º dia após a comunicação que deverá efetuar o Estado Sede à outra Parte, notificando que se cumpriram os requisitos constitucionais pertinentes.

Este Acordo terá vigência indefinida. Se houver uma mudança de sede, continuarão regendo suas disposições enquanto não houverem liquidado ou trasladado seus bens e arquivos.

O Governo do Paraguai será depositário do presente Acordo.

Em cumprimento das funções de depositário designadas no parágrafo anterior, o Governo da República do Paraguai notificará aos outros Estados Partes do MERCOSUL a data na qual o presente Acordo entrar em vigor.

FEITO em Assunção, no dia vinte e quatro do mês de julho de dois mil e nove, em dois exemplares originais, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

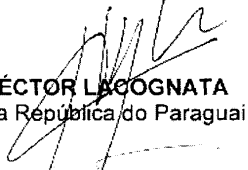
PELO MERCOSUL

**PELA REPÚBLICA ORIENTAL
DO URUGUAI**


JORGE TAJANA
Pela República Argentina


GONZALO FERNÁNDEZ
Ministro das Relações Exteriores

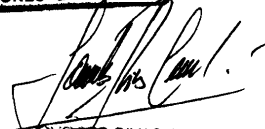
CELSO AMORIM
Pela República Federativa do Brasil


HÉCTOR LACOGNATA
Pela República do Paraguai


GONZALO FERNÁNDEZ
Pela República Oriental do Uruguai

ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL
QUE OBRA EN LA DIRECCION DE
TRATADOS DEL MINISTERIO DE
RELACIONES EXTERIORES




LOURDES RIVAS CUEVAS
Directora de Tratados

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE SEDE
ENTRE
LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
Y EL MERCADO COMÚN DEL SUR (MERCOSUR)
PARA EL FUNCIONAMIENTO DE LA SECRETARÍA PERMANENTE DEL FORO
CONSULTIVO ECONÓMICO-SOCIAL (FCES)**

La República Oriental del Uruguay y el MERCOSUR;

Teniendo presente:

Que el Tratado de Asunción estableció las bases para la constitución del Mercado Común del Sur;

Que conforme al artículo 1 del Protocolo de Ouro Preto, el Foro Consultivo Económico-Social (FCES) constituye uno de los órganos de la estructura institucional del MERCOSUR;

Que en aplicación de lo dispuesto por el artículo 4° del Reglamento Interno del FCES, homologado por el Grupo Mercado Común por Resolución GMC N° 68/96, el Plenario del FCES en su XVI Reunión dispuso la creación de su Secretaría Permanente con Sede en Montevideo, tal como consta en el punto 14 del Acta N° 3/00, siendo complementadas las funciones de dicha Secretaría por el Plenario en su XXIX Reunión conforme Acta N° 4/04 de fecha 25 y 26 de noviembre de 2004;

Que a fin de facilitar el desarrollo de las actividades del FCES y su Secretaría en el territorio de la República Oriental del Uruguay, es necesario establecer las modalidades de la cooperación entre las Partes y determinar las condiciones y prerrogativas que facilitarán el desempeño de las funciones de la Secretaría Permanente;

Que la inviolabilidad, la inmunidad, las exenciones y las facilidades previstas en el presente Acuerdo no se conceden en beneficio o interés de las personas sino con la finalidad de garantizar el cumplimiento de los cometidos del FCES y su Secretaría Permanente;

ACUERDAN:

**CAPÍTULO I
ÁMBITO DE APLICACIÓN**

**Artículo 1
Ámbito material**

El presente Acuerdo regirá el estatuto en cuyo marco se desarrollarán las funciones y actividades de la Secretaría Permanente del FCES en el territorio de la República Oriental del Uruguay.

**CAPÍTULO II
DEFINICIONES**

**Artículo 2
Definición de términos empleados**

A los efectos del presente Acuerdo,

- a) La expresión "las Partes" significa las Partes del presente Acuerdo (por un lado la República Oriental del Uruguay y por el otro el MERCOSUR).
- b) La expresión "República" significa República Oriental del Uruguay.
- c) La expresión "Gobierno" significa el Gobierno de la República Oriental del Uruguay.
- d) La expresión "Secretaría " significa Secretaría Permanente del FCES.
- e) La expresión "bienes" comprende los inmuebles, muebles, derechos, fondos en cualquier moneda, metales preciosos, haberes, ingresos, publicaciones y, en general, todo lo que constituya el patrimonio de la Secretaría.
- f) La expresión "territorio de la República" significa el territorio de la República Oriental del Uruguay.
- g) La expresión "sede" significa los locales donde la Secretaría Permanente desempeña sus funciones.
- h) La expresión "archivos" o "archivos del FCES" o "archivos de la Secretaría" comprende la correspondencia, manuscritos, fotografías, grabaciones y, en general, todos los documentos y datos almacenados por cualquier medio, incluidos los electrónicos, que estén en poder de la Secretaría, sean o no de su propiedad.
- i) La expresión "Secretario" significa el Secretario o funcionario de jerarquía equivalente de la Secretaría Permanente del FCES.

j) La expresión "funcionarios de la Secretaría" comprende al personal administrativo y técnico de la Secretaría Permanente del FCES.

CAPÍTULO III ESTATUTO

Artículo 3 Capacidad

La Secretaría gozará, en el territorio de la República, de la capacidad jurídica de derecho interno para el ejercicio de sus funciones.

A dichos efectos, podrá:

- a) Tener en su poder fondos en cualquier moneda, metales preciosos, etc., en instituciones bancarias o similares y mantener cuentas de cualquier naturaleza y en cualquier moneda;
- b) Remitir o recibir libremente dichos fondos dentro del territorio, así como hacia y desde el exterior y convertirlos en otras monedas o valores.

En ejercicio de los derechos atribuidos por este artículo, la Secretaría no podrá ser sometida a fiscalizaciones, reglamentos u otras medidas restrictivas por parte del Gobierno. No obstante, el FCES y su Secretaría prestarán la debida atención y cooperarán con toda petición que a dicho respecto le formule el Gobierno, en la medida que estime atenderla sin detrimento de sus intereses.

Artículo 4 Inmunidad de jurisdicción

El MERCOSUR gozará de inmunidad de jurisdicción en todo lo que sea pertinente para el funcionamiento de la Secretaría Permanente del FCES.

Artículo 5 Renuncia a la inmunidad de jurisdicción

El MERCOSUR podrá renunciar, para el caso específico, a la inmunidad de jurisdicción de que goza.

Dicha renuncia no comprenderá la inmunidad de ejecución, para la que se requerirá un nuevo pronunciamiento.

Artículo 6 Inviolabilidad

La sede de la Secretaría y sus archivos, cualquiera sea el lugar donde éstos se encuentren, son inviolables.

Los bienes de la Secretaría, estén o no en su poder, cualquiera sea el lugar donde se encuentren, estarán exentos de registro, confiscación, expropiación y toda otra forma de intervención, sea por vía de acción ejecutiva, administrativa, judicial o legislativa.

Artículo 7 **Exenciones tributarias**

1. La Secretaría y sus bienes estarán exentos, en el territorio de la República:

a) de los impuestos directos;

b) de los derechos de aduana y de las restricciones o prohibiciones a la importación, respecto de los bienes que importe la Secretaría para su uso oficial. Los artículos importados bajo este régimen no podrán ser vendidos en el territorio de la República sino conforme a las condiciones vigentes actualmente o a aquellas más favorables que se establezcan;

c) de los impuestos al consumo y a las ventas;

d) del impuesto al valor agregado incluido en las adquisiciones en plaza de bienes y servicios que realice con destino a la construcción, reciclaje o equipamientos de sus locales, así como en la de aquellos bienes y servicios que se adquieran en el marco de la cooperación con otros organismos internacionales.

Las autoridades competentes del Gobierno podrán disponer, si lo estiman pertinente, que dicha exención sea sustituida por la devolución del impuesto al valor agregado.

2. No estará exenta, la Secretaría ni sus bienes, de las tasas, tarifas o precios que constituyan una remuneración por servicios de utilidad pública efectivamente prestados.

Artículo 8 **Facilidades en materia de comunicaciones**

1. La Secretaría gozará para sus comunicaciones oficiales, de facilidades no menos favorables que las otorgadas por la República a las misiones diplomáticas permanentes, en cuanto a prioridades, contribuciones, tarifas e impuestos sobre correspondencia, cables, telegramas, radiogramas, telefotos, teléfonos, facsímiles, redes informáticas y otras comunicaciones, así como en relación a las tarifas de prensa escrita, radial o televisiva.

No serán objeto de censura la correspondencia u otras comunicaciones oficiales del FCES.

2. La Secretaría podrá remitir y recibir su correspondencia por correos o valijas, los cuales gozarán del mismo estatuto de prerrogativas que el concedido a los correos y valijas diplomáticas, en aplicación de las normas en vigor.

3. Lo dispuesto en este artículo no obstará a que cualquiera de las Partes solicite a la otra la adopción de medidas apropiadas de seguridad, las que serán acordadas por ambas cuando lo estimen necesario.

CAPÍTULO IV EL SECRETARIO Y DEMÁS FUNCIONARIOS DE LA SECRETARÍA PERMANENTE DEL FCES

Artículo 9 Prerrogativas del Secretario

1. El Secretario o el funcionario de igual rango que fije residencia en la República, gozará de las facilidades, la inviolabilidad personal, las inmunidades, los privilegios, las franquicias y las exenciones tributarias otorgadas a los funcionarios de categoría equivalente de las Representaciones Permanentes ante los Organismos Internacionales con sede en la República.

El estatuto indicado se extenderá a los miembros de su familia que formen parte de su casa y dependan económicamente de él.

2. Podrá, además, transferir sus bienes, libres de todo tributo, al término de sus funciones.

3. Cuando no fije su residencia en el territorio de la República le serán concedidas las prerrogativas previstas en el artículo 10 numeral 1 literales a), b), c), d), e) y f).

Artículo 10 Prerrogativas de los demás funcionarios

1. Los demás funcionarios gozarán:

a) de inviolabilidad personal por los actos ejecutados en el ejercicio de sus funciones.

b) de inmunidad de jurisdicción penal, civil y administrativa respecto de las expresiones orales o escritas y de los actos ejecutados en el desempeño de sus funciones;

c) de exención de impuestos sobre sueldos y emolumentos percibidos de la Secretaría;

d) de exención de restricciones en materia de transferencia de fondos y cambiarias;

e) de exención de restricciones de inmigración y registro de extranjeros y de todo servicio de carácter nacional;

f) de facilidades en materia de repatriación, cuando existan restricciones derivadas de conflictos internacionales;

g) de exención de tributos aduaneros y demás gravámenes para la introducción de muebles y efectos de uso personal para su instalación en el país.

2. Cuando el funcionario de la Secretaría no fije su residencia en el territorio de la República le serán concedidas las prerrogativas previstas en el artículo 10 numeral 1 literales a), b), c) d), e) y f).

Artículo 11
Funcionarios nacionales o residentes permanentes del Estado Sede

Las prerrogativas dispuestas en los artículos 9 y 10 no se aplicarán al Secretario ni a los funcionarios de la Secretaría que sean nacionales o residentes permanentes en el territorio de la República salvo las siguientes:

- a) de inviolabilidad personal por los actos ejecutados en el ejercicio de sus funciones;
- b) de inmunidad de jurisdicción penal, civil y administrativa respecto de las expresiones orales o escritas y de los actos ejecutados en el desempeño de sus funciones;
- c) de exención de impuestos sobre sueldos y emolumentos percibidos de la Secretaría;
- d) facilidades respecto a restricciones monetarias y cambiarias cuando ellas sean necesarias para el buen cumplimiento de las funciones.

Artículo 12
Renuncia a la inmunidad de jurisdicción

En virtud del fundamento señalado en el párrafo 5 del Preámbulo, el MERCOSUR podrá renunciar, cuando lo estime pertinente, a la inmunidad de jurisdicción del Secretario y demás funcionarios de la Secretaría.

CAPÍTULO VI
DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 13
Solución de Controversias

Las divergencias relativas a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo se resolverán mediante acuerdo entre las Partes.

Artículo 14
Vigencia

El presente Acuerdo entrará en vigor al 15° día de la comunicación que deberá efectuar el Estado Sede a la otra Parte, notificando que se cumplieron los requisitos constitucionales pertinentes.

Este Acuerdo regirá indefinidamente. Si se produjere un cambio de sede, continuarán rigiendo sus disposiciones mientras no se hubieren liquidado o trasladado sus bienes y archivos.

El Gobierno del Paraguay será depositario del presente Acuerdo.

En cumplimiento de las funciones de depositario asignadas en el párrafo anterior, el Gobierno de la República del Paraguay notificará a los otros Estados Partes del MERCOSUR la fecha en la cual el presente Acuerdo entre en vigor.

Hecho en Asunción, a los veinticuatro días del mes de julio de dos mil nueve, en dos ejemplares originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL MERCOSUR



JORGE TAIANA
Por la República Argentina

**POR LA REPÚBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY**



GONZALO FERNÁNDEZ
Ministro de Relaciones Exteriores

CELSO AMORIM

Por la República Federativa del Brasil



GONZALO FERNÁNDEZ

Por la República Oriental del Uruguay



HECTOR LACOGNATA

Por la República del Paraguay